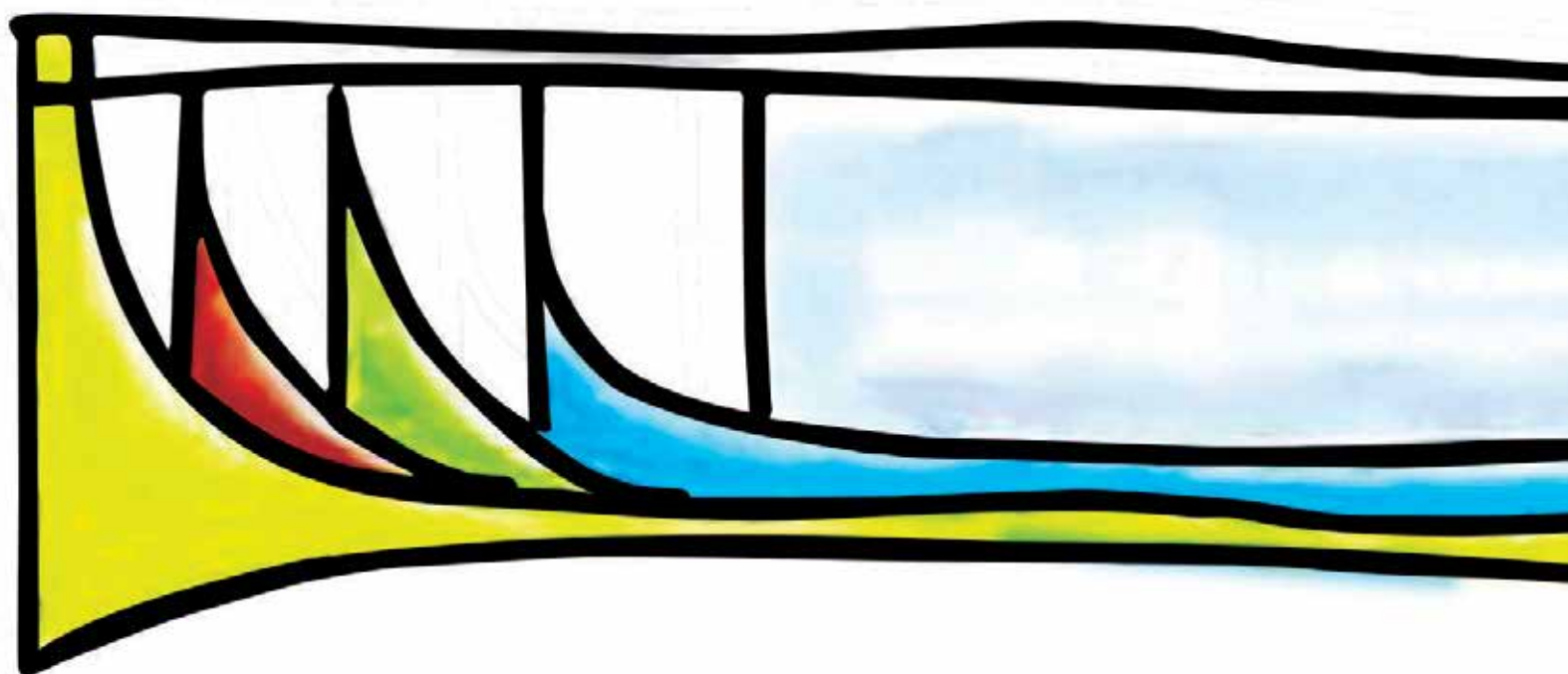


JUSTIÇA AÇÃO DE FACHIN QUE CANCELOU CONDENAÇÕES DE LULA TINHA A INTENÇÃO DE, JUSTAMENTE, EVITAR A AÇÃO CONTRA MORO

LAVA JATO SOB SUSPEITA

Ex-ministro da Justiça e ex-juiz federal é acusado de suspeição nas condenações contra o ex-presidente Lula na Operação Lava Jato



SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Da redação
@jornalovale

Ex-ministro da Justiça no governo de Jair Bolsonaro (sem partido) e ex-juiz federal, que esteve à frente da Operação Lava Jato, Sergio Moro é acusado de suspeição na condução dos processos que envolvem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

No início da semana, o ex-presidente teve as condenações anuladas pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Edson Fachin, todas as condenações relacionadas à opera-

ção, alegando incompetência da Justiça Federal do Paraná para julgar quatro ações — as do triplex do Guarujá, do sítio de Atibaia e duas ações relacionadas ao Instituto Lula.

A decisão pela suspeição dele foi adiada no STF. Após os votos dos ministros Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski a favor da suspeição, na última terça-feira, no dia 9 de março, Nunes Marques pediu vista do processo e o julgamento foi suspenso. A data da retomada ainda não foi definida.

Primeiro a votar na sessão da última terça, o ministro Gilmar Mendes considerou que Moro foi parcial na condução dos processos.

O ministro acatou os argumentos apresentados pela defesa de Lula em um habeas corpus e entendeu que Moro cometeu irregularidades na condução dos processos.

Em um duro voto, no entendimento do ministro, “não se combate o crime, cometendo crimes”. “É preciso que o sis-

tema acusatório seja integralmente preservado. A partir da revelação desses fatos, nós vamos ter que fazer uma profunda reforma na Justiça criminal. Esse modelo de investigação, o papel do próprio Ministério Público. Ou fazemos isso ou instalamos um sistema totalitário”, afirmou.

INTERESSES.

Em seguida, Ricardo Lewandowski também entendeu que Moro conduziu os processos com interesses políticos. No início da sessão, os ministros rejeitaram pedido do ministro Edson Fachin, relator do processo, para adiar o julgamento do ex-ministro da Justiça. ■

2018

FOI O ANO

em que o ex-presidente Lula foi preso na Operação Lava Jato, ficando até novembro de 2019